

## A POLÍTICA DE BOA VIZINHANÇA (1939-1945) REVISITADA

Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior  
alexandreacruzunifap@gmail.com

### RESUMO

O presente artigo analisa a construção de discursos de cooperação e fraternidade entre as repúblicas americanas produzidos pelo governo dos Estados Unidos durante a III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos. O objetivo é demonstrar que a política interamericana dos Estados Unidos naqueles anos apresentou importantes disputas internas entre diferentes projetos, realçando a participação efetiva dos países latino-americanos na formulação da política externa norte-americana para a região.

**Palavra-chave:** Relações Interamericanas; Política da Boa Vizinhança; III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos

### ABSTRACT

This article examines the construction of discourses of cooperation between the American republics produced by the U.S. government during the Third Meeting of Consultation of American Ministers of Foreign Affairs. The purpose is to demonstrate that the US interamerican policy presented important internal clashes between different projects, enhancing the effective participation of Latin American countries in the formulation of U.S foreign policy for the region.

**Keyword:** Interamerican relations; Good Neighbor Policy; The Third Meeting of Consultation of American Ministers of Foreign Affairs

O ataque japonês a *Pearl Harbor*, em dezembro de 1941 trouxe, *de facto*, a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) para o continente americano. O governo dos Estados Unidos, em guerra declarada aos países do Eixo, passou a cobrar diplomaticamente de seus vizinhos continentais um alinhamento direto aos seus interesses e estratégias para o conflito. A III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, realizada no início de 1942 na cidade do Rio de Janeiro, deveria então tornar-se o palco no qual os Estados Unidos consolidariam o seu protagonismo continental, liderando os países americanos frente à potências rivais. Porém, os acontecimentos durante a reunião no Rio de Janeiro são bastante reveladores da complexidade do jogo político entre os governos do continente americanos. Como iremos discutir a partir de fontes diplomáticas e livros de memória, ficam evidentes algumas fendas entre o projeto hemisférico norte-americano, que pressupunha um alinhamento quase

automático de todos os países do continente aos seus interesses e projetos, e os papéis que os governos americanos acreditavam que deveriam desempenhar no processo.

No que tange o ensino de história das relações interamericanas no geral, e o período da chamada Política da Boa Vizinhança (1933-1945) em particular, consolidou-se uma interpretação na qual os Estados Unidos aparecem como uma força diplomática e militar quase irresistível, sem contradições internas, empreendendo um projeto de dominação no qual pouco restava aos seus vizinhos continentais senão a submissão. Sem, obviamente, desconsiderar o poder econômico e militar dos Estados Unidos ao engendrar relações continentais assimétricas, entendemos que apagar as dissonâncias internas e externas durante este período, apenas reforça o chamado “excepcionalismo” nos Estados Unidos.

Conforme aponta Deborah Madsen (1998, p.2-3),

[O] excepcionalismo [norte] americano permeia todos os períodos da história americana, e é o agente mais poderoso em uma série de argumentos que foram travados ao longo dos séculos sobre a identidade da América e dos americanos. [...] A América e os americanos são especiais, excepcionais, porque estão encarregados de salvar o mundo de si mesmo e, ao mesmo tempo, a América e os americanos devem manter um alto nível de compromisso espiritual, político e moral com esse destino excepcional - a América deve ser como “uma cidade sobre a colina” exposta aos olhos do mundo. Esse conceito gerou uma autoconsciência e um grau de introspecção únicos na cultura americana.

A elasticidade deste conceito e sua influência entre setores conversadores nos Estados Unidos podem ser observadas claramente durante a presidência de Donald Trump (2017 – 2021). O projeto de silenciar vozes dissidentes internamente, sob o slogan “*Make America Great Again*”, demonstra a importância de não reforçarmos essa perspectiva sob o risco de “jogarmos o bebê fora junto com a água do banho”. Ou seja, ao criticarmos as ações, e mesmo crimes, cometidos historicamente pelo governo dos Estados Unidos na relação com seus vizinhos, não podemos silenciar as vozes contrárias na sociedade e mesmo no interior do governo daquele país, assim como minimizar a capacidade de resistência ou mesmo o desejo de alinhamento no interior dos governos latino-americanos.

Como aponta Gilbert Joseph (1998, p.40),

Passando longe de modelos político-econômicos dicotômicos que veem apenas dominação e resistência, exploradores e vítimas, latino-americanistas [...] estão sugerindo formas alternativas de conceituar o papel que os Estados Unidos, outros atores estrangeiros e agências, têm desempenhado na região durante os séculos XIX e XX. Ao mesmo tempo, estão integrando gênero, etnicidade, análises linguísticas em suas investigações; combatendo a separação convencional entre as esferas «públicas» e «privadas» (e, assim, expandindo noções do político); incomodados com categorias aparentemente fixas, como ‘estado’, ‘nação’, ‘desenvolvimento’, ‘modernidade’ e ‘natureza’.

Neste sentido, o objetivo deste ensaio é analisar os embates políticos no interior do governo dos Estados Unidos e entre as nações americanas durante a III Reunião de

Consulta dos Chanceleres Americanos, realizada no Rio de Janeiro entre os dias 15 e 28 de janeiro de 1942, como importantes atores políticos norte-americanos, articuladores da *Política de Boa Vizinhança*, não compartilhavam o mesmo ponto de vista sobre quais deveriam ser as prioridades do governo Roosevelt, e possuíam, muitas vezes, visões antagônicas sobre como orientar as relações diplomáticas com os países vizinhos.

A intenção não é insinuar que as relações interamericanas no período viveram um momento de desestruturação ou elevado nível de antagonismos, mas enfatizar que as divergências fizeram parte do processo, o que muitas vezes é ignorado pela historiografia especializada.

Após os ataques japoneses contra as forças navais norte-americanas, Chile e Estados Unidos pediram a convocação da III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos e seus representantes, a ser realizada logo nos primeiros dias de janeiro do ano de 1942.

Segundo o então Subsecretário de Estado norte-americano Sumner Welles (1944), as notícias do ataque japonês teriam causado forte impacto nos povos da América Latina quanto entre os próprios norte-americanos. Imediatamente após o ataque, nove países americanos declararam guerra aos países do Eixo: Panamá, República Dominicana, Cuba, Haiti, Guatemala, Nicarágua, El Salvador, Honduras e Costa Rica; México, Venezuela e Colômbia romperam relações algumas semanas depois.

Entretanto, à época, questionou-se esse alinhamento quase que automático. Conforme o então presidente brasileiro Getúlio Vargas registrou em seu diário (1995, p. 452) “a maioria dos países americanos que adotaram essas soluções de declarar guerra ou romper relações não o fez espontaneamente. Foram coagidos pela pressão americana”. Tal pressão, entretanto, possuía limites. Conforme Seitenfus (2000), apesar da declaração de solidariedade, a Argentina adotou uma posição ambígua, resistindo ao rompimento.

Na verdade, o ministro das Relações Exteriores da Argentina, Enrique Ruiz-Guiñazu, havia deixado claro, pouco antes da Conferência do Rio de Janeiro, que a solidariedade hemisférica não implicava necessariamente em alianças militares ou acordos diplomáticos automáticos, permitindo que a Argentina mantivesse certo espaço de manobra na sua política externa.

Para Scheinin (2007, p.191),

Sempre preocupados com as atividades nazistas na América do Sul, os americanos viam nazistas em toda parte na Argentina, e rapidamente passaram a ver a neutralidade argentina como desculpa para o apoio tácito dado Alemanha.

Com a declaração de guerra, importantes atores do governo dos Estados Unidos não pareciam mais disposto a perder tempo com difíceis negociações com a Argentina ou com Chile. Seria hora do investimento na Política de Boa Vizinhança mostrar seus dividendos.

Segundo Cordell Hull, Secretário de Estado do governo dos Estados Unidos (1948, p.658),

quase oito anos após o dia seguinte da Conferência de Montevideu, era uma surpreendente afirmação dos valores da Política de Boa Vizinhança. Estávamos agora recolhendo os frutos do paciente cultivo nas conferências de Montevideu, Buenos Aires, Lima, Panamá, e Havana, e das nossas inúmeras medidas para aplicar e solidificar a doutrina do Bom Vizinho”.

Contraditoriamente à política de cooperação e entendimento mútuo pregado pelos Estados Unidos nos anos anteriores, podemos perceber uma elevação do tom norte-americano nas negociações com seus países vizinhos, inclusive com o Brasil.

Como comenta Getúlio Vargas em seu *Diário*, em 21 de dezembro de 1941, durante uma conversa com o ministro das relações exteriores brasileiro, Oswaldo Aranha, este afirmou que o governo norte-americano:

não nos daria auxílio [militar], porque não confiava em elementos do meu governo, que eu deveria substituir. Respondi-lhe que não tinha motivos para desconfiar dos meus auxiliares, que as facilidades que estávamos dando aos americanos não autorizavam essas desconfianças, e que eu não substituiria meus auxiliares por imposições estranhas. Retrucou-me [Oswaldo Aranha] que justificava meu modo de pensar, mas a verdade é que eles não confiavam. Pois então que nos deixem em paz, disse-lhe, encerrando a palestra.

O Chile também se encontrava sob forte pressão norte-americana para romper relações diplomáticas com o Eixo, entretanto, mais uma vez, a relutância de uma nação americana em seguir os passos norte-americanos, era vista por Washington como ações para favorecerem os nazistas.

Para Graeme Mount (2007), havia inúmeras razões para o Chile não romper relações com o Eixo logo após Pearl Harbor. Naquele momento, o Chile estava no meio de eleições presidenciais, e o governo da Frente Popular não pretendia perder os votos da população de origem alemã. Uma outra questão de cunho militar também deixava o governo chileno apreensivo: sua grande costa marítima e ilhas no oceano Pacífico. Aparentemente a marinha norte-americana havia sofrido um duro golpe após os ataques em Pearl Harbor, e não haveria, portanto, garantia de proteção, caso a Alemanha ou o Japão resolvesse atacar o Chile.

Ou seja, se para Cordell Hull a Conferência do Rio de Janeiro seria o momento de colher os frutos da Política de Boa Vizinhança, também seria o momento em que alguns países americanos levariam muito a sério a ideia tecer uma política externa com os Estados Unidos de forma independente.

O secretário de Estado norte-americano Cordell Hull não pôde comparecer pessoalmente à Conferência, posto que sua presença em Washington era indispensável naquele momento, substituindo-o como chefe da delegação de seu país, o subsecretário de Estado, Sumner Welles.

Mesmo antes do início da Conferência, estavam claras para o governo norte-americano as dificuldades em lograr um consenso geral entre as repúblicas americanas acerca

das pretensões de Washington em promover um rompimento hemisférico com o Eixo. Entretanto, a despeito de ter recebido orientação de Cordell Hull para que lograsse consenso das repúblicas americanas em torno do rompimento imediato com o Eixo, Sumner Welles não praticou uma diplomacia coercitiva no Rio de Janeiro. Muito pelo contrário. Em seu discurso na abertura do Congresso, Sumner Welles logo deixou evidente o desejo de que as Américas se unissem por desejo próprio em torno de um inimigo comum.

Reunimo-nos como representantes de nações que anteriormente tiveram as suas diferenças e controvérsias. Creio, porém, que posso falar em nome de nós todos, e não menos em nome do meu Governo, quando afirmo que todos nós aproveitamos a lição de nossos erros de omissão cometidos no passado. Reunimo-nos como representantes das vinte e uma Repúblicas soberanas e independentes do continente americano, ora unido como nenhum continente jamais se achou na história, pela nossa fé nos laços de confiança mútua e interdependência recíproca que nos ligam e, acima de tudo, pela nossa dedicação comum às grandes causas da democracia e da liberdade humana às quais o Novo Mundo se dedica. (BRASIL, 1942, p.07)

Embora a retórica fosse amistosa, o recado de Sumner Welles era claro: a Conferência deveria resultar em uma unidade de ação entre as repúblicas americanas. Na verdade, deveria resultar no rompimento conjunto das relações diplomáticas com os países do Eixo. Em outro trecho do discurso, Welles junta a imagem da Alemanha e do Japão, ignorando que as duas forças embora aliadas tivessem interesses finais diversos. Para tal, o subsecretário de Estado se utiliza da clássica oposição civilização x barbárie para qualificar a entrada norte-americana na guerra.

Enquanto negociações de paz ainda se achavam em franco progresso em Washington, os militares japoneses, cumprindo ordens de seus superiores alemães e adotando os mesmos métodos de perfídia e traição com os quais Hitler enojou o mundo civilizado, repentinamente atacam o país que havia sido amigo do Japão, e havia enviado todos os esforços honrosos a fim de chegar a uma paz justa e duradoura no Pacífico. (Idem, p.09)

Outro trecho que corrobora este sentido de missão, apoiado na tradição Protestante norte-americana, é a insinuação que de Hitler se colocava como um inimigo da cristandade e da liberdade individual, dois pontos muito caros à sociedade norte-americana.

Em um universo dominado por Hitler, nenhum de nós poderia negociar a não ser de acordo com os ditames de Hitler. Nenhum de nós poderia viver a não ser sob as ordens de um 'gauleiter' a nós designado por Hitler. Nenhum de nós poderia educar nossos filhos a não ser da maneira ditada por Hitler. Nenhum de nós poderia gozar do direito que Deus nos deu de pensar e falar livremente e de adorar Deus de acordo com os ditames da nossa consciência. (idem, p.10)

Mesmo antes da entrada de fato na guerra, o presidente Roosevelt, em busca de apoio no Congresso para liberar a ajuda material aos Aliados, retomava a ligação entre Deus e o povo americano para “dobrar” as resistências.

Em seu discurso para os membros do 77º Congresso norte-americano afirmou: “Esta nação tem colocado seu destino nas mãos, nas cabeças e corações de seus milhões de homens e mulheres livres, e sua fé na liberdade guiada por Deus”<sup>1</sup>. A construção do Outro como inimigo de Deus, e por consequência inimigo da civilização cristã, incorporou nesse modelo de civilização povos antes vistos como bárbaros, como os latino-americanos e até mesmo os russos.

Pouco antes do ataque japonês a Pearl Harbor, surpreendeu-se o Embaixador Carlos Martins com uma entrevista do presidente Roosevelt, onde este buscava apoio popular à ajuda norte-americana à União Soviética, justificando-se em bases religiosas: “Em surpreendente entrevista à imprensa, o presidente Roosevelt citava o artigo 120 da Constituição das Repúblicas Soviéticas para afirmar a admissão, em princípio, da liberdade religiosa na Rússia”<sup>2</sup>. Tal afirmação, segundo o Embaixador, fazia parte da busca de apoio moral do Papa à ajuda norte-americana. Mas também é significativa no sentido de reconfiguração das alianças e oposições que se iam construindo no campo do imaginário, da diplomacia, e depois, da guerra.

É recorrente nos discursos políticos da época o uso do termo “inimigo externo” para designar influências nazistas nos Estados Unidos e na América Latina. Laurence Duggan, consultor da Secretaria de Estado sobre Relações Políticas, discursou perante a Associação Americana de Ciência Política, analisando o perigo do “inimigo externo” nas repúblicas americanas:

Em todas as Américas, têm os governos e o público procedido, numa crescente escala, a uma devassa no tocante à extensão e aos objetivos de atividades alienígenas que fazem periclitar a paz e a segurança de qualquer República Americana. (BRASIL, 1941, p. 08)

Ao incorporar a América Latina no projeto de civilização, o governo norte-americano promoveu uma mudança significativa no tocante às relações interamericanas, posto que o interesse e a maior flexibilidade de Washington possibilitou que as demandas latino-americanas fossem postas nas pautas de negociação, e até mesmo que alguns países, como a Argentina, Brasil e Chile, não se alinhassem automaticamente à política interamericana de Washington.

A escolha da cidade do Rio de Janeiro como palco da mais importante Conferência Americana durante a Segunda Guerra foi proposital. Segundo Sumner Welles, a Conferência naquele momento não poderia ter sido realizada em um país onde a opinião pública se mostrasse dividida com relação à guerra.

Aqueles que participaram de conferências internacionais, particularmente conferências de importância crucial, podem apreciar a importância psicológica

1 <http://www.americanrhetoric.com/speeches/fdrthefourfreedoms.htm>. Consultado em 30 jul. 2017.

2 BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ofício enviado pelo Embaixador brasileiro em Washington, Carlos Martins, para o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha em 01 de novembro de 1941. Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ

da atmosfera prevalecente no país em que a conferência é realizada. (WELLES, 1944, p.220).

De fato, o diagnóstico de Welles tinha razão de ser, segundo o *Jornal do Brasil* de 13 de janeiro de 1942, a recepção à delegação norte-americana não poderia ter sido mais amistosa:

“O Rio viveu ontem a tarde as suas primeiras horas de vibração por motivo da conferência continental, cuja sessão inaugural realizar-se-á depois de amanhã no Palácio Tiradentes, sob a presidência do chefe do governo, sr. Getúlio Vargas. De fato, desde às 14 horas representantes de todas as classes sociais se dirigiram para o aeroporto Santos Dumont, onde deviam chegar os delegados de várias nações americanas.

E a medida que as horas passavam aumentava o número de pessoas, atingindo alguns milhares. Já então confundia-se as autoridades, os representantes de instituições científicas e sociais com os delegados das classes conservadoras e proletários, tendo a recepção caráter popular e grandioso [...].

Cerca das 17 horas e 20 minutos a sirene anunciava a aproximação do aparelho em que viajava o sr. Summer Welles [...] os aplausos são delirantes. Todas as mãos batem palmas, saem vivas de milhares de gargantas. Os nomes dos presidentes Vargas e Roosevelt, do ministro Oswaldo Aranha e do sub-secretário Summer Welles são ovacionados.

Quando a figura do grande diplomata surge no hall, o entusiasmo atinge grandes proporções.

O policiamento irrepreensível não consegue estabelecer que a massa popular fique nos seus lugares. O sr. Summer Welles de chapéu na mão, agradece as homenagens com um largo sorriso. E vai caminhando até o salão do aeroporto onde se encontravam altas autoridades do Brasil. [...]”

É possível que tenha havido certo exagero do jornal, entretanto, tal exagero não eliminaria a tendência geral das diferentes demonstrações de amizade do povo carioca à delegação norte-americana, sobretudo pelo fato de que o ataque japonês havia colocado os Estados Unidos com status de vítima ultrajada, levando a opinião pública em muitos países, como o Brasil, para o seu lado. Em uma entrevista ao *Jornal do Brasil*, podemos perceber que o Subsecretário de Estado do Estados Unidos, Summer Welles, evitou declarações nas quais pudesse transparecer que os Estados Unidos estivessem influenciando diretamente as posições dos países americanos no encontro. Em curto trecho, deixou claro que o rompimento continental com o Eixo era um desejo norte-americano, não uma vontade que devesse ser obedecida. Perguntado sobre as ações do Eixo no continente americano, Welles respondeu, afirmando a independência de cada nação:

Cada governo, por certo, tem que decidir por si. Isto é essencial e básico. Por outro lado, já existem acordos suficientes para equilibrar ou contrabalançar essa atividade de infiltração. Tenho a esperança de que nesta conferência, os países do continente adotarão outras providências, por certo ainda mais eficientes[...] (Jornal do Brasil, 14 jan.1942, p.06)

Finalizando a entrevista, um repórter perguntou sobre as acusações de que os Estados Unidos estariam tentando influenciar a posição de alguns países na conferência. Summer Welles respondeu categoricamente:

Não tenho medo da indiscrição da pergunta. E a melhor resposta que posso dar é que o governo americano não fez nenhum pedido e não apresentou qualquer sugestão a outro país para que aceitasse seu ponto de vista[...] (idem).

Entretanto, dias antes da Conferência, o governo norte-americano havia enviado um modelo da declaração conjunta de rompimento com o Eixo para a apreciação dos governos de Argentina e Brasil. Tal atitude acabou por precipitar uma forte reação diplomática argentina.

Como aponta Cordell Hull (1948, p.1144),

Depois que Welles chegou ao Rio, ele me telegrafou em 13 de janeiro, pois o ministro das relações exteriores da Argentina já havia tentado, sem sucesso, criar um bloco composto por Chile, Peru, Uruguai e Paraguai, juntamente com a Argentina, para se opor à declaração conjunta para o rompimento das relações.

Observando a movimentação da imprensa, podemos perceber que tensas negociações de bastidores puseram Argentina e Estados Unidos em posições antagônicas. Embora a tendência geral fosse tentar transparecer para a imprensa que a Conferência tinha caráter amistoso e colegiado, as diversas contradições diplomáticas acabaram se tornando públicas.

Em ofício enviado pelo Embaixador brasileiro em Washington, Carlos Martins, podemos perceber como repercutiu na imprensa norte-americana a posição da Argentina.

A atitude refratária e isolada da Argentina dava a impressão de que as nações continentais formavam um bloco em torno da República do Norte numa oposição cerrada contra a Argentina rebelde. Cresceram por aqui, por essa ocasião os ataques à República Portenha (BRASIL. 1942)<sup>3</sup>.

Interessante notar que o adjetivo “rebelde” utilizado pela imprensa norte-americana minimizava os antagonismos, deixando em aberto a possibilidade do governo argentino voltar a caminhar junto com os Estados Unidos. Por outro lado, não é de se admirar que a imprensa norte-americana publicasse matérias contra a Argentina demonstrando estranhamento com a diplomacia do país vizinho. Além do fato de os Estados Unidos estarem em guerra, considerada internamente uma guerra justa, onde não haveria dúvidas sobre quem estava certo, havia também a questão da própria Política de Boa Vizinhança. A construção do ideário de bons vizinhos dentro dos Estados Unidos fazia, naquele momento, a Argentina parecer uma vizinha ingrata.

3 BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ofício enviado pelo Embaixador brasileiro em Washington, Carlos Martins, para o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha em 19 de janeiro de 1942. Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ

O *Washington Post* publicou ampla matéria<sup>4</sup> na qual saudou a Câmara de Deputados argentina por ter aprovado uma resolução de censura ao Embaixador alemão em Buenos Aires, acusando-o de estar excedendo sua função diplomática. Segundo o periódico, vozes pró-Eixo dentro da Argentina, foram vigorosamente “combatidas pelos amigos da democracia”. Entretanto, dentro do Departamento de Estado, a defesa pela unidade continental parecia estar perdendo força. Adolph Berle enviou um telegrama a Sumner Welles, no Rio de Janeiro, a pedido de Cordell Hull, no qual ficou claro que dependendo da força política centrífuga da delegação Argentina, esta deveria ser deixada de lado.

Essa nossa visão era uma mudança na opinião que tínhamos mantido nas conferências pan-americanas anteriores, quando acreditávamos que a unanimidade da decisão era o mais importante. [...] Porém agora a questão era crucial. Era hora do governo argentino escolher. Aquela era uma luta de vida ou morte, o resultado poderia significar liberdade e progresso para a América Latina, ou, provavelmente, dominação ou ocupação pelo Eixo. (HULL, 1948, p.1145)

Aparentemente, Sumner Welles decidiu não desistir de uma declaração conjunta das nações americanas, levando ao extremo em sua oratória a ideia de união continental.

Em seu discurso na sessão inaugural da Conferência, Sumner Welles reforçou a ideia de independência e soberania de cada país vizinho, assim como a liberdade que deveriam ter na tomada de decisões frente ao perigo nazista. Entretanto, esta tal liberdade era cerceada indiretamente pela interpretação do governo dos Estados Unidos de como uma nação americana deveria se posicionar daquele momento em diante.

Cada governo americano tem determinado, e continuará a determinar, pelo seu próprio bom senso, o curso que seguirá para o melhor interesse do seu povo nesta contenda mundial. Mas de uma coisa eu tenho certeza de que estamos todos convencidos. Em conformidade com as obrigações que todos assumimos nos dispostos dos nossos acordos interamericanos, e em conformidade com o espírito de solidariedade continental proclamado por unanimidade, as nações das Américas, que não estão envolvidos na guerra, nunca permitirão que seu território seja utilizado por agentes do Eixo a fim de que estes possam conspirar contra, ou preparar ataques às repúblicas que estão lutando pelas suas próprias liberdades e para as de todo o continente. [...] A pedra-de-toque da neutralidade clássica, em sentido estrito, neste trágico mundo moderno, pode não ser mais o ideal dos amantes da liberdade americanos. Não pode existir uma real neutralidade entre as forças do mal e as forças que estão lutando para preservar os direitos e a independência dos povos livres” (WELLES, 1944, p.226-27).

Diferentemente de Cordell Hull, Sumner Welles parecia mais preocupado em não criar atritos permanentes entre as repúblicas americanas, do que necessariamente lograr um acordo conjunto sem a Argentina com base no rompimento imediato proposto por Washington. Neste sentido, embora Sumner Welles deixasse claro o lado que cada nação deveria se colocar, ou seja, a favor dos Estados Unidos, indiretamente ele deixava em

4 Transcrita pelo Embaixador Carlos Martins em Ofício expedido de Washington.

aberto o grau de apoio que cada uma deveria oferecer, mostrando-se mais flexível que seu superior imediato, Cordell Hull. Como afirma Benjamin Welles, Sumner Welles já tinha saído dos Estados Unidos com a aprovação de Franklin Roosevelt para que todo esforço fosse feito para preservar a unidade continental: “A aprovação de Roosevelt à política de Welles mais tarde salvaria o continente de um rompimento catastrófico.” (WELLES, 1997, p.316)

Como dito anteriormente, o ponto principal da discordância na conferência era a negativa da delegação da Argentina e do Chile em assinarem no Rio de Janeiro um rompimento diplomático com o Eixo.

Como afirma Mount (2007), o governo chileno não acreditava que os Estados Unidos teriam capacidade de defenderem a América do Sul de um eventual ataque alemão em represália à Conferência. Já no âmbito da Conferência, o ministro das Relações Exteriores, Ramón Castillo, explicitou a posição contrária do governo argentino à resolução de rompimento continental com os países do Eixo defendido pelo governo norte-americano.

A Argentina, solidária com as demais nações americanas, não pode, entretanto, concordar em que o ataque a uma das nações da América signifique que todas as outras tomarão a atitude de beligerância [...] a resolução rompendo as relações dos países americanos com o Eixo totalitário ainda teria que sofrer alguma modificação antes de ficar completamente aceitável pela delegação Argentina. (*Jornal do Brasil*. 22 de jan. 1942. p. 07)

Por outro lado, podemos identificar posições favoráveis aos planos norte-americanos vindas de outros países, não apenas do Brasil. Em resposta ao discurso de Ramón Castillo, o ministro das Relações Exteriores do México, Padilla, afirmou:

não ser mais possível alimentar a ilusão de que os povos americanos vivam num ambiente de segurança, em face da catástrofe mundial e da agressão sofrida pelos Estados Unidos. Essa agressão não afetou apenas um país americano; partiu da potência totalitária contra a América inteira. (BRASIL, 1942, p.16)

O apoio mexicano não pode ser encarado como um alinhamento automático. Alguns anos antes, por conta da nacionalização do petróleo mexicano, as relações entre os países se tornaram relativamente tensas. Segundo Dallek (1995, p.176), em 1938, a questão mexicana havia se tornado um teste para a retórica da Política de Boa Vizinhança. A complacência de Roosevelt, influenciado por Joseph Daniels, teria feito Cordell Hull se desestabilizar, ao ter que negociar com o que considerava “comunistas” .

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha, acusado por muitos de ser o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, tentou uma saída alternativa: o Congresso do Rio aprovaria o rompimento continental, entretanto cada país deveria ratificar em seus respectivos congressos o rompimento. Mais uma vez a Argentina, seguida pelo Chile, recusou-se a assinar tal declaração, deixando o resultado do congresso sob risco.

Quando o Subsecretário de Estado Sumner Welles, que representou os Estados Unidos na Conferência do Rio, tentou assegurar ao ministro das relações exteriores chileno Juan Bautista Rossetti que frota norte-americana viria, caso necessário, Rossetti respondeu: ‘que frota? A afundada em Pearl Harbor?’(Idem)

Por fim, tudo o que Sumner Welles conseguiu de argentinos e chilenos foi uma recomendação de rompimento, gerando protestos em grande parte da imprensa norte-americana.

Segundo Schoultz (2000, p.345)<sup>5</sup>,

Hull ficou lívido; na verdade, de início ele se recusou a acreditar no que havia acontecido. Sabendo do acordo pelo rádio, Hull telefonou a Welles no Rio e, como relatou em suas memórias, ‘com Mr. Roosevelt escutando, Welles confirmou a assinatura do acordo e deu-me o resumo do crucial Artigo Três. Então falei com ele mais asperamente do que jamais havia falado com alguém no Departamento. Eu disse que considerava aquilo uma mudança em nossa política, feita sem me consultar, e equivalente a uma rendição à Argentina.’ Depois de testemunhar esta conversa, Adolf Berle escreveu em seu diário, ‘agora há uma ruptura entre o Secretário e Sumner que jamais será cicatrizada’

Na verdade, para Sumner Welles (1950), desde que Cordell Hull foi insultado pelo Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Saavedra Lamas, durante a Conferência de Buenos Aires em 1936, o secretário de estado norte-americano tinha se tornado quase um “psicopata” quando negociava com a Argentina. Segundo Gellman (1995), Roosevelt sabia desse problema, e várias vezes o deixou seu Secretário de Estado de fora das reuniões quando a questão era a Argentina.

A justificativa de Sumner Welles para este recuo na conferência era dar tempo para que cada república americana pudesse se organizar internamente antes de tomar decisão tão complexa.

Em nossa opinião, enquanto o texto da resolução original era preferível, porque era mais decisivo [...] o acordo com o teor do substituto foi o mesmo. Qualquer governo americano assinando oficialmente ao segundo projeto estaria recomendando não só o rompimento das relações diplomáticas com o Eixo para os outros estados americanos, mas estaria oficialmente recomendando essa ação para si mesmo. (1944, p.233)

Entretanto para Cordell Hull a questão era justamente entender como a Argentina, que havia se negado a assinar uma declaração conjunta de rompimento, se colocava em posição de “recomendar” a outras nações, e a si mesma, que rompessem relações com o Eixo.

Para Hull (1948, p. 1149)

Eles puderam voltar a Buenos Aires satisfeitos por não terem sido isolados no Rio de Janeiro, e ficaram perfeitamente livres para continuar suas relações com o Eixo, o quanto quisessem.

<sup>5</sup> SCHOUTZ, Lars. Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Bauru: Edusc, 2000. p.345.

A questão principal para Sumner Welles era justamente não promover durante a Conferência do Rio de Janeiro uma *débâcle* entre as nações latino-americanas. Para o subsecretário de Estado, lograr a unidade continental, mesmo que recuando, era a melhor saída para evitar que a Alemanha nazista influenciasse decisivamente importantes nações americanas.

Para Sumner Welles, demonstrando ter mais conhecimento da dinâmica política latino-americana que o secretário de Estado Cordell Hull, caso a Argentina fosse isolada pela diplomacia norte-americana, o Brasil não se sentiria confortável para romper relações com o Eixo, carregando consigo vários países sul-americanos. Ou seja, isolar a Argentina significaria naquele momento dividir as Américas.

Conforme relata Gellman (1995), durante a noite de 23 de janeiro de 1942, Cordell Hull e Sumner Welles discutiram asperamente pelo telefone os resultados da Conferência do Rio. Enquanto Sumner Welles defendia seus argumentos, era censurado por Hull por ter agido sem ter-lhe consultado. Entretanto, Sumner Welles tinha do presidente Roosevelt autorização para agir unilateralmente caso a situação no Rio se mostrasse complicada. Cordell Hull não sabia de tal autorização, e levou um choque quando o presidente Roosevelt tomou partido de Sumner Welles.

De fato, enquanto Cordell Hull acreditava que os Estados Unidos iriam pagar caro pelo erro de Sumner Welles, este acreditava ter salvado a unidade continental. A questão principal para Adolf Berle, segundo Gellman (1995), era de hierarquia. Após a Conferência do Rio de Janeiro não se sabia mais no Departamento de Estado quem era o real Secretário de Estado.

Entretanto, para Gellman (1995), podemos afirmar que o principal articulador da política externa norte-americana era justamente o presidente Roosevelt.

Roosevelt tinha se transformado aos olhos do público de Dr. New Deal ao Dr. Win the War. Esta mudança de ênfase monumental certamente transcendeu a diferenças entre Hull e Welles. (GELLMAN, 1995, p.279)

Coincidência ou não, pouco tempo depois, Sumner Welles acabou se envolvendo em um escândalo acerca de sua sexualidade, sendo demitido do governo. Cordell Hull passou a ocupar então o espaço deixado por este, junto ao presidente, embora não tivesse o mesmo conhecimento de Sumner Welles nas questões interamericanas.

Destaca-se também a participação efetiva de diversos países latino-americanos nas negociações com o governo norte-americano, reforçando a crítica já feita por diversos autores à imagem da suposta passividade dos mesmos. Talvez a participação argentina nas conferências de consulta dos chanceleres americanos seja o caso mais emblemático, colocando a todo momento a retórica do bom vizinho à prova. Mas não podemos deixar em segundo plano as difíceis negociações entre os governos do Brasil e do Chile, apenas citando os casos mais emblemáticos.

## FONTES:

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Diário das Sessões da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ, 1942.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ofício enviado pelo Embaixador brasileiro em Washington, Carlos Martins, para o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha em 01 de novembro de 1941.

Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Anexo ao Ofício enviado pelo Embaixador em Washington Carlos Martins ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha. 31 de dezembro de 1941.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ofício enviado pelo Embaixador brasileiro em Washington, Carlos Martins, para o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha em 19 de janeiro de 1942. Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ

Jornal do Brasil. 13 de jan. de 1942

Jornal do Brasil. 14 jan. 1942

Jornal do Brasil. 22 de jan. 1942.

## BIBLIOGRAFIA:

DALLEK, Robert. F.D.R. and American Foreign Policy, 1932-1945. Oxford, New York, 1995.

Diário de Getúlio Vargas. Vol II – 1937/1942. São Paulo/Rio de Janeiro: Siciliano/FGV, 1995.

GELLMAN, Irwin F. Secret Affairs: Franklin Roosevelt, Cordell Hull and Sumner Welles. New York: Enigma Books, 1995.

HULL, Cordell. The Memoirs of Cordell Hull. Vol I e II, New York, The Macmillan Co., 1948

JOSEPH, Gilbert M. Close Encounters Toward a New Cultural History of U.S-Latin America Relations. In:

LEGRAND, Catherine. SALVATORE, Ricardo. JOSEPH, Gilbert M. Writing the Cultural History of U.S.-Latin America Relations. Durham and London: Duke University Press, 1998.

MADSEN, Deborah. American Exceptionalism. Edinburg: University Press of Mississippi, 1998.

MOUNT, Graeme. Chile: An Effort at Neutrality. BRATZEL, John. LEONARD, Thomas M. (org) Latin America During World War II. Maryland, Rowman & Littlefield, 2007.

SCHEININ, David. Argentina: The Closet Ally. BRATZEL, John. LEONARD, Thomas M. (org) Latin America During World War II. Maryland, Rowman & Littlefield, 2007.

SCHOUTZ, Lars. Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Bauru: Edusc, 2000.

SEITENFUS, Ricardo Antonio da Silva. A Entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000.

WELLES, Benjamin. Sumner Welles: FDR's Global Strategist. New York: St. Martin's, 1997.

WELLES, Sumner. Seven Decisions that Shaped History. New York: Harper, 1950.

\_\_\_\_\_. The Time For Decision. New York, Harper & Brothers, 1944.